

ARTIGO

JÚLIA LOPES DE ALMEIDA, UM NOVO AMBIENTE PARA AS MULHERES: DESCOBRIR-SE ESCRITORA NO BRASIL

JÚLIA LOPES DE ALMEIDA, A NEW ENVIRONMENT FOR WOMEN: TO BECOME WRITER IN BRAZIL

JUSSARA PARADA AMED*

RESUMO

O artigo pretende apresentar as dificuldades em ser escritora no Brasil da segunda metade do século XIX e início do século XX, a partir da experiência da escritora Júlia Lopes de Almeida e suas contemporâneas. Para exercer o cargo de escritora era necessário vencer vários entraves: primeiramente, grande parte do espaço literário e jornalístico ocupado por homens, não havendo uma cultura em que as mulheres fossem autoras de textos, romances ou peças de teatro. Em segundo lugar, tanto a escolaridade como a alfabetização ainda eram ínfimas no país, assinalando que o Brasil tinha uma maioria quase absoluta de analfabetos; e, por último: de acordo com o perfil da família - caso conservador - era proibida a leitura de determinados romances justificados pelos desvios morais que estes provocavam às jovens.

PALAVRAS-CHAVE: escritoras; recepção; leitura; mulheres.

ABSTRACT

The article intends to present the difficulties in being a writer in Brazil in the second half of the 19th century and beginning of the 20th century, based on the experience of the writer Júlia Lopes de Almeida and her contemporaries. In order to be a writer, it was necessary to overcome several obstacles: firstly, much of the literary and journalistic field was occupied by men, there being no culture in which women were authors of texts, novels or plays; Second, both schooling and literacy were still small in the country, noting that Brazil had an almost absolute majority of illiterates; Finally, according to the family profile - conservative in most cases - it was forbidden to read certain romances that were justified by the moral deviations they provoked to the young women.

KEYWORDS: writers; reception; reading; women.

Apesar da antipatia do homem pela mulher intelectual, que ele agride e ridiculariza, a brasileira de hoje procura enriquecer a sua inteligência frequentando cursos que lhe ilustrem o espírito e lhe proporcionem um estudo para a vida, tão sujeita a mutabilidades...ⁱ

As mulheres escrevem

O presente artigo tem como proposta apontar brevemente como as mulheres contemporâneas à Júlia Lopes de Almeida (1862- 1934), escritoras de jornais ou revistas, passavam por dificuldades para conseguirem ter reconhecimento em um meio intelectual ainda misógino no final do século XIX e início do XX no Brasil. Desconfianças e depreciação do texto das escritoras fazia parte desta cultura, o analfabetismo de acordo com o jornal, O Monitor de 1876, alardeava que 79% das crianças livres não frequentavam as escolas, no entanto, de acordo com os dados do recenseamento de 1872, esse percentual chegava a 83%ⁱⁱ considerando as crianças não livres que teriam que receber educação. Pertencendo, portanto, a um ambiente em que a analfabetismo era imenso, a atividade intelectual buscava algum reconhecimento, no entanto, precisavam combater o controle e as recomendações proibitivas de leituras femininas ainda em muitos lares.

Júlia Lopes reforçava a importância da leitura para as mulheres aconselhando autores e obras, lembrando que as proibições feitas à estas não exerciam um efeito nocivo como os mais conservadores sistematicamente afirmavam. O fato de escrever intensamente reforçava suas ideias e confirmava suas convicções de que a literatura e a leitura tinham um potencial transformador e trariam uma nova consciência e uma renovadora atuação social.

Os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma. Para livrarem então as pobres inocentes de, por qualquer casualidade, entrarem um dia em contato com o então perigoso conselheiro, faziam uma coisa que lá consigo julgavam muito acertada – não as ensinava a ler! Era, evidente, o meio mais coercitivo.ⁱⁱⁱ

Contudo, com as novas riquezas, rearticulações de poderes e interesses liberais amalgamados ao pensamento positivista, naturalista e evolucionista absorvidos da Europa, parte da população alimentou-se com a expectativa de modernização do Brasil republicano, impulsionando a educação através da crença científica e tecnológica. Tais transformações foram acompanhadas pela condenação aos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional, pela negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante. Esta, por sua vez, adotava uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que seria praticamente isolada para desfrute das camadas aburguesadas.^{iv}

Alguns intelectuais engajaram-se à mentalidade republicana tendo a imprensa como meio de expressão de suas convicções e ganhos. O grupo daqueles desiludidos com os novos rumos políticos também aquecia os debates por meio dos jornais e livros, abrindo fissuras no novo regime ao denunciar suas contradições à medida que este não correspondia a seus ideais de sociedade nem às promessas feitas em campanhas.

Segundo Brito Broca, em texto escrito em 1953 com o título *As mulheres na literatura brasileira*, a participação mais marcante das mulheres no ambiente literário deveu-se ao advento do naturalismo e do espírito científico, transparecendo assim uma mulher mais atuante e menos frágil, conforme preconizava a mentalidade romântica,

sob a adoração e a proteção do homem, mas proibida de competir com ele em determinadas atribuições. [...] Com a extinção do romantismo, a mulher perde a aura de deusa irreal, que a sufocava intelectual e socialmente, para ser vista como ente humano, capaz de caminhar ombro a ombro com o homem, na luta pela vida.^v

A sorte estava lançada. Na passagem do século XIX para o XX, com o aparecimento de novas revistas, jornais, conferências e editoras, oriundas muitas vezes de novos capitais, abriam-se perspectivas num espaço de cultura de predominância masculina a possibilidade para que mulheres também escrevessem e refletissem sobre o seu papel para o novo século. Os jornais e as revistas tinham colunistas mulheres que se dirigiam também para o público leitor feminino sobre diferentes assuntos. As escritoras assumiriam a autoria de romances, crônicas, poemas; escreveriam livros infantis para serem adotados nas escolas, comentariam sobre a moda, hábitos alimentares saudáveis, educação dos filhos; debateriam ideias políticas, econômicas, sociais, filosóficas, numa demonstração clara de que as mulheres pensavam e se dispunham a fazer parte das novas conjunções da sociedade brasileira.

Almejando o público feminino, os jornais e as editoras investiam na ideia de que esse era um segmento da sociedade brasileira relevante. Investir nesse grupo poderia significar o aumento de publicação de romances e revistas no mercado editorial. Os jornais e revistas tinham a prática de divulgar e recomendar as obras lançadas pelas editoras aos leitores, além de divulgar concertos, conferências, óperas, apostando tanto num meio para a formação do público feminino, quanto num maior consumo de suas produções intelectuais.

Mas o estranhamento e a desconfiança ainda eram grandes quanto à capacidade de as mulheres escreverem. No caso específico de Narcisa Amália de Campos (1852-1924), o simples fato de a escritora e jornalista divulgar suas ideias políticas, recebeu críticas assim que as publicou em seu primeiro livro de poesia.

Narcisa Amália nasceu no Rio de Janeiro, seu pai era professor em um liceu de Resende e sua mãe, professora particular. Não houve muita dificuldade para a sua alfabetização, mesmo porque em sua família valorizava-se a leitura e a escrita. A jovem Narcisa publicou em 1870 um livro de poemas, *Nebulosa*, mas a sua maior contribuição foi para jornais como *O Resendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família* e *O Garatuja*. De ideias abolicionistas e republicanas, ela se inspirava nos ideais da Revolução Francesa e assim escreveu em seu livro de poesias a *Nebulosa*:

No pedestal da igualdade
Firma o povo a liberdade,
Um canto à fraternidade
Entoa a voz da nação,
Que em delírio violento
Fita altiva o firmamento,
E adora por um momento
A deusa – Revolução!^{vi}

Em 1872, no jornal *Correio do Brasil*, C. Ferreira escreveu: “[...] perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é

deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza”.^{vii}

Por escrever durante um longo tempo para o jornal *Garatuja*, Narcisa Amália tornou-se mais conhecida e próxima de seus leitores e, em 1889, ainda procurou demarcar a necessidade da presença da escrita feminina assinalada no texto a seguir: “A pena obedece ao cérebro, mas submete-se antes ao poderoso influxo do coração; como há de a mulher revelar-se artista se os preconceitos sociais exigem que seu coração cedo perca a probidade, habituando-se ao balbucio de insignificantes frases convencionais?”^{viii}

Chegava-se a duvidar da autoria de textos escritos pelas mulheres, como foi o caso de Francisca Julia (1871-1920), contemporânea de Júlia Lopes. Quando escreveu para o jornal *O Estado de São Paulo* o soneto “Quadro incompleto”, ainda desconhecida do meio literário, o poeta e padre Severiano de Resende recomendava: “Minha senhora, há ocupações mais úteis, dedique-se aos trabalhos de agulha”.^{ix}

Francisca Julia continuou persistindo em suas composições. De outra feita, mais uma de suas composições, *A paisagem*, passou pela artilharia dos desconfiados. Artur Azevedo leu e não acreditou nas mãos femininas; João Ribeiro, conceituado crítico, atribuiu os versos parnasianos a Raimundo Correia. Olavo Bilac ainda considerou em meio aos desentendimentos incrédulos: “Não é meu nem de Raimundo, só pode ser de Alberto de Oliveira. Não há dúvida, é molecagem do Alberto esse pseudônimo feminino”.^x

Aos poucos as mulheres começaram a escrever em jornais, participar de discussões polêmicas ou publicar livros de poemas, prosas e

romances. Os livros didáticos, voltados para um público infantil, também foram objetos de suas produções. Algumas mulheres escritoras perceberam que a leitura, em diferentes linguagens, poderia ter um alcance político de transformação social, além de ser um novo meio para possíveis ganhos.

Na obra de Brito Broca, *A vida literária no Brasil 1900*, o autor comenta:

Quando Júlia Lopes de Almeida entrou a escrever nos jornais, por volta de 1885, encontrou ainda forte barreira de preconceitos com as mulheres escritoras. O surto de literatura feminina que se verificou na França na última década do século havia de ter influído, no entanto, para o descrédito deste preconceito no ambiente brasileiro. Por outro lado, com o desenvolvimento da literatura nos jornais, as colaborações pagas, as escritoras também se julgavam com direito a retirar proventos econômicos do trabalho intelectual. No começo do século, Júlia Lopes de Almeida prossegue a sua colaboração em crônicas assíduas em mais de um jornal e, fazendo ‘pendant’ a essa extraordinária atividade, surge outra cronista do mesmo gênero: Carmen Dolores.^{xi}

De acordo com o mesmo autor, Carmen Dolores e Júlia de Castro foram pseudônimos criados pela escritora de nome Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1910). Ainda jovem, Emília tinha uma escrita fluida e generosa, mas sua viuvez a impulsionou para a literatura, conseguindo manter os filhos com cinco a seis crônicas por semana, contos, romances e peças.

Emília Moncorvo escrevia semanalmente para a coluna “A Semana” no jornal *O Paíz*. Nesse espaço, os ocorridos do dia a dia serviam de matéria para a escritora, no entanto, ela não se limitava a comentários

diletantes, como era o esperado no meio ainda vacilante quanto à participação de mulheres em discussões intelectualizadas. A escritora utilizou-se da coluna por várias vezes para discutir a relevância da educação para as mulheres, pontuar a sua defesa do divórcio e ainda entrava na discussão da reforma ortográfica, questão polêmica para os intelectuais, dividindo-os até mesmo em grupos divergentes, pois temiam o desvirtuamento da língua. A cronista acusava a reforma de fonetista e deturpadora também das fontes latinas. Portanto, ela advogava, no seu lugar, o estudo acurado de tais fontes legítimas, sem se restringir apenas à origem latina, mas abarcando também os grandes escritores portugueses que haviam erigido a língua portuguesa de acordo com tais moldes etimológicos, desde Camões até os escritores do século XIX.

Apesar da aparência frágil, em razão das dificuldades econômicas e da doença, Emília Moncorvo trabalhava arduamente, passando a colaborar sistematicamente em jornais e revistas para garantir sua sobrevivência. Quando morreu, em 1910, João do Rio registrou em sua coluna do jornal O Comércio de São Paulo:

Ninguém trabalhou mais, ninguém deu mais a impressão do agitado momento, ninguém elevou tão alto o agonizante jornalismo literário [...] ninguém viveu tanto a época, ninguém soube morrer com aquela super-humana elegância, reagindo contra a dor desvairante graças à vontade de um cérebro magnífico.^{xii}

Escritora de mão cheia, conhecida pelos seus sonetos, Francisca Julia (1871-1920) publicou livros, escreveu para jornais e teve seu Livro da infância^{xiii} aprovado e publicado pelo governo do Estado e da diretoria de Instrução do Distrito Federal. De vida modesta, casou-se com Filadelfo

Edmundo Munster, telegrafista da Estrada de Ferro Central do Brasil, e após o casamento a escritora afastou-se gradativamente das rodas literárias e das reuniões sociais, o que não significa que (Francisca Júlia) deixasse de escrever - acredita-se que a paixão pelos versos e a necessidade de compor a renda do lar eram coexistentes.^{xiv}

Mais um episódio de não acolhimento intelectual às mulheres deu-se com a própria Júlia Lopes de Almeida. Ironicamente a escritora já havia conquistado a notoriedade em seu meio, o de escritores, quando teve de enfrentar um momento inusitado: na época da criação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, a autora de várias obras participava com seu marido, Filinto de Almeida, das discussões a respeito da necessidade de fundar no Brasil um espaço que evidenciasse e valorizasse seus intelectuais. Delineava-se, dessa forma, a possibilidade de ela entrar para a Academia. Mas, seguindo as normas francesas de então, que não permitiam o ingresso de mulheres na Academia, seu esposo, que era poeta e bem inserido nas rodas literárias, foi nomeado em seu lugar, fazendo-se assim uma homenagem indireta à escritora numa tentativa de contornar uma situação delicada para os próprios pares.

Filinto de Almeida, em entrevista a João do Rio, quando indagado pelo jornalista se este não achava que Dona Júlia era a primeira romancista brasileira, expõe a ferida: “pois não é? Nunca disse isto a ninguém, mas há muito que o penso. Não era eu quem devia estar na Academia, era ela”.^{xv}

Se comparada às escritoras de sua época, como foi o caso de Narcisa Amália, Francisca Júlia e Emília Moncorvo que tiveram condições de estudos com o estímulo dos pais, mas partilharam de dificuldades financeiras, vivendo modestamente, verificamos que Júlia, ao contrário,

teve apoio financeiro e intelectual por parte de seus pais desde o início de sua carreira, pois dispunha de confortável condição financeira além de compartilhar, na casa paterna, de valores humanistas.

Posteriormente, ao casar-se com o poeta e jornalista Filinto de Almeida, em 1887, a escritora também receberia apoio intelectual e financeiro de seu marido para produzir até o final de sua vida. Júlia fazia de seu talento literário um instrumento de prazer voltado às suas convicções, mas também fazia das letras uma fonte de renda, considerando que sua produção foi intensa em jornais, revistas literárias e femininas de São Paulo e Rio de Janeiro.

No universo dos periódicos, as revistas femininas poderiam tratar de temas como o comportamento feminino de diferentes ordens e interesses. No entanto, na mesma página em que era possível ver anúncios de produtos que poderiam facilitar a vida da mulher moderna, havia conselhos sobre a higiene, asseio da família e cuidados com o lar. Frequentemente se liam queixas, elogios e perguntas a respeito de educação, casamento, emprego; artigos literários e poesia desfilavam pelas páginas das revistas ao lado de ilustrações, criando-se assim, a partir das novas técnicas gráficas, novas mediações de comunicação.

A oportunidade de escrever em importantes revistas e jornais do Rio de Janeiro deu a Júlia maior envergadura para refletir mais diretamente acerca dos acontecimentos de sua época. Os jornais em que nossa escritora colaborou mais longamente foram: *O País* e *Jornal do Comércio*, conhecidos por seu conservadorismo. O último era “lido pelos homens de classe, pelos políticos e tinha como traço apoiar todos os governos”.^{xvi}

Participação de Júlia Lopes em jornais e revistas

O [jornal] País criou a tradição da coluna no canto da primeira página – lado esquerdo-, em que figurava um artigo geralmente literário. Ali se estendeu por muitos anos a colaboração de Carlos de Laet, com a rubrica ‘Microcosmo’, mantida outrora no Jornal do Comércio. Com a saída de Laet, a coluna passou a ser escrita por Júlia Lopes de Almeida, Carmen Dolores, depois substituída por Gilberto Amado [...].^{xvii}

Em São Paulo, a escritora também deixou seu registro. Na capital paulista escreveu para o jornal O Estado de São Paulo e para a Gazeta de Campinas, indicando que os jornais acolhiam e pagavam pela colaboração literária de mulheres. Ao longo de anos, Júlia Lopes teve o privilégio de escrever na primeira página de um dos principais jornais do país como vimos, mas também colaborou para diferentes revistas, além daquelas de teor pedagógico, espaço mais comum para as mulheres se manifestarem. Participou com artigos em revistas femininas paulistas como: A Mensageira (1889 a 1900), Revista Feminina (1915 a 1917) e A Família (São Paulo e Rio de Janeiro de 1888 a 1889); participou de revistas de conteúdo literário: Ilustração Brasileira, O Mundo Literário, Revista do Brasil e Kosmos, assim como das revistas Chácaras e Quintais, de vocação agrícola.

Segundo Ana Luiza Martins,

A revista A Mensageira (1897-1900) tinha como sua editora Priscila Duarte de Almeida, filha de juiz, casada com seu primo, o bacharel, filósofo e educador Silvio de Almeida. Grande parte de suas colaboradoras eram mulheres que se distinguiam na sociedade paulista ou carioca, eram elas: Júlia Lopes, com reconhecimento de suas obras com reedição de seus romances e casada com Filinto de Almeida, poeta

e diretor do jornal O Estado de São Paulo; Zalina Rolim, casada com o desembargador José Xavier de Toledo, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo por dezoito anos, respondendo por cargos administrativos na Educação, enquanto veiculava produção diversificada, de poesias trabalhos didáticos; Ibrantina Cardona, esposa do jornalista Francisco Cardona, também proprietário da casa tipográfica, residiu em Campinas e São José do Rio Pardo, produzindo poemas e colaborando nas revistas da época.^{xviii}

Entre outras colaboradoras do mesmo jornal, mas de origem financeira e social muito menos favorecida, estavam: Áurea Pires, Narcisa Amália, Francisca Júlia, Auta de Souza, Ignês Sabino, Josefina Álvares de Azevedo e a portuguesa Guiomar Torrezão, autora de poemas e romances, conhecida à época.

Esse periódico (a revista A Mensageira) tinha por objetivo, conforme afirma sua editora, levar ideias novas ao lar e, ao mesmo tempo, estabelecer entre as brasileiras uma simpatia espiritual pela comunhão dessas mesmas ideias. A Mensageira, que se intitulava uma revista literária dedicada às mulheres, noticiava em todos os números os livros publicados por escritoras no Brasil e no exterior. Noticiava e resumia conferências e conquistas profissionais. Foi solidário com as escritoras do mundo todo e publicou também artigos sobre mulheres inglesas, polacas, francesas, suecas, até sobre a China.^{xix}

O projeto da revista era a de publicar artigos originais, reportagens sobre vários temas, ou, ainda, tradução de artigos escritos em outros idiomas. “Quanto a seus objetivos, variaram ao longo do tempo, condicionados às circunstâncias históricas de gestação e circulação, cabendo apreendê-los, reafirmamos, nos contextos próprios de sua

existência, ao seu tempo cultural, revelador da variedade de seus propósitos”.^{xx}

A partir da existência de revistas voltadas para o público feminino, como foi o caso da revista *A Mensageira*, abriu-se um espaço para que as mulheres escritoras pudessem aparecer mais frequentemente, mostrando suas produções e ideias. Verificamos que havia autoras bem sucedidas, casadas com indivíduos de destaque social, ao lado de outras escritoras que vinham de origens humildes e que buscavam pela imprensa o seu reconhecimento e sustento. Além da variedade de temas e divergências de opiniões na revista, dela emergiu uma multiplicidade de ideias significativas, possivelmente uma busca para dar sentido às novidades que viviam.

A construção da mulher nos textos dessa revista indicava a relevância do papel da mãe e esposa, cabendo-lhe, a partir desse momento, uma nova função: propagadora da ilustração e educação dentro de seus lares. As mulheres seriam responsáveis pela instrução de seus filhos: mais que bons hábitos, ensinariam a eles os princípios de cidadania, engajando-os na formação de um novo cidadão. Talvez, trazer às leitoras uma reflexão sobre as múltiplas linguagens existentes, sobre mulheres de nacionalidades díspares, num exercício de distinção ou semelhanças de situações, poderia demonstrar uma nova ordenação de ideias e espaços sociais.

Já a *Revista Feminina*, sediada em São Paulo, tinha uma tiragem regular semanal entre 1914 a 1936; “tornou-se a primeira publicação feminina bem-sucedida comercialmente e, com isso, deixou claro e acima de qualquer dúvida que existia um mercado feminino lucrativo”.^{xxi}

Originalmente a revista assemelhava-se a um jornal, devido aos seus custos mais baixos. Mas posteriormente, a partir de sua regularidade A Revista Feminina passou a ter um novo formato e melhor acabamento, configurando-se uma brochura, que poderia ser adquirida também por assinatura.^{xxii}

Assim como outras revistas femininas no início do século, A Mensageira e a Revista Feminina propagavam princípios católicos, sendo esta última também um espaço para a discussão de ideias mais polêmicas como as lutas femininas, crimes contra as mulheres e o voto feminino. As discussões políticas quanto ao papel das mulheres se tornavam mais candentes, quando os jornais ou tabloides anarquistas, portadores de articulistas da mesma ideologia declaravam-se contra a participação das mulheres e homens no processo eleitoral brasileiro, defendendo assim os princípios libertários da não participação popular política pelo voto para o Estado.

As discussões iam além das esferas políticas. As diferenças nos aspectos de condutas morais, do que se esperava de um comportamento adequado de uma mulher, sua moral, retidão, divulgada pela Revista Feminina eram territórios movediços e de atritos entre as anarquistas e aquelas revistas que eram de orientação católica.

Uma leitora anarquista, não se sentindo a vontade com as observações e posicionamentos referente a organização familiar dos libertários, respondeu á revista: “Chocou-me os sentimentos ao ler a circular expedida pela redação da Revista Feminina, de que sou assídua leitora, a referência de que faz das teorias libertárias. Não sei em que vos

apoiais para dizer que as correntes anarquistas pretendem fazer ruir a moral dos lares [...]”.^{xxiii}

A quebra dos costumes e corrosão da ordem social vinha acompanhada pelas vagas da modernidade. Um sentimento de incompatibilidade incomodava aqueles intelectuais que reconheciam nas tradições virtudes sociais. A Revista Feminina interpretava que a família não poderia ser ameaçada, mesmo porque era tida como suporte do Estado. O vínculo religioso com as tradições dava suporte às crenças políticas de um tempo ainda envolto por questionamentos, experiências e multiplicidade de linguagens, que somente as grandes cidades poderiam oferecer numa grande polifonia.

Em agosto de 1920, A Revista Feminina ainda entoava o rumo disciplinador para as mulheres que não atinavam com a família: “Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta o lar. [...] A vida exterior desperdiçada em banalidade é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde urdidura firme e ancestral dos seus liames. Rumo à cozinha! Eis o lema do momento”.^{xxiv}

A revista contava com a colaboração de escritores de renome de todo o Brasil, publicando matérias traduzidas da imprensa estrangeira, “sua fundadora e editora, Virgiliana de Souza Salles, era filha de uma família bem-relacionada de São Paulo e mãe do popular teatrólogo Claudio de Souza. Além disso, era empresária brilhante e habilidosa”.^{xxv}

Entretanto, alguns colaboradores do sexo masculino se utilizavam do artifício do uso do pseudônimo, talvez para acreditarem que assim a recepção de seus artigos fosse mais facilitada pela leitura feminina, sem

passar por um crivo mais rigoroso destas. Ou, quem sabe, para não serem reconhecidos nem constrangidos como autores de artigos para revistas femininas por seus pares.

Entre os colaboradores mais importantes encontravam-se os escritores Cláudio de Souza, que assinava os editoriais da revista com o pseudônimo feminino de Ana Rita Malheiros; Coelho Neto, Antônio Austregésilo, Menotti Del Picchia e as escritoras Júlia Lopes de Almeida e Chrysanhème (que utilizava o pseudônimo de Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos). Destinava-se, sobretudo para o público feminino, com seções sobre o comportamento feminino, relacionamento conjugal, etiqueta, culinária, moda, trabalhos manuais. Publicava contos, charges, artigos de assuntos gerais e muita publicidade. Os números da revista podiam ser comprados avulsamente ou por assinatura. Vendia em todo o Brasil, alcançou uma tiragem de 25.000 exemplares por mês, o que a coloca entre a revista de maior circulação do período.^{xxvi}

Portanto, um volume de produção de texto e de leitura gradativamente foi sendo conquistado por escritoras e por leitoras, sendo que campanhas para incentivar a educação se utilizavam de diversas estratégias para alcançar diferentes públicos. Sensibilizar apenas o Estado como provedor da educação não resolveria o problema que o Brasil enfrentava, entendia-se que as mães, irmãs, primas, mulheres solteiras, casadas, divorciadas ou viúvas, independentemente de suas posições políticas, teriam que primeiramente assumir o papel de educadoras dentro de seus próprios lares, na cidade ou no campo. As escolas e livros escolares, também teriam que ser renovados em seus conteúdos, linguagem e formato, pelo tipo de ascendência que as mulheres tinham sobre as

crianças, parecia natural elas ocuparem o cargo de educadoras fora e dentro de seus lares.

Vale ainda acrescentar que muitas escritoras continuam no anonimato da história, com receio de exposição, seus nomes completos ficavam escondidos ou se utilizavam de pseudônimo masculino, protegendo desta forma sua vida privada e tornando o trabalho dos historiadores um verdadeiro garimpo.

Notas

* Graduação e Mestrado junto à PUC-SP. Doutorado junto à FFLCH, em História Social, defendido em 2010. E-mail: jussamed@terra.com.br

ⁱ ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das donas e donzelas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

ⁱⁱ GUIMARÃES, Hélio Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: O romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 93.

ⁱⁱⁱ ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das noivas**. Rio de Janeiro. 1896. p.35.

^{iv} SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e a criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 43.

^v BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos**. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda, 1979. p. 78.

^{vi} CAMARGOS, Márcia. **Musa impassível**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. p.24.

^{vii} TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. pp.421-422.

^{viii} REIS, Antonio Simões dos. **Poesia do Brasil**. sem editora, local ou data. p. 104.

^{ix} CAMARGO, Márcia. **Musa impassível**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. p. 24.

^x BITTENCOURT. Adalzira. **As mulheres paulistas na história**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1954. p.60.

^{xi} BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil - 1900**. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1975. pp.240-241.

^{xii} ELEUTÉRIO. Maria de Lourdes. **Vida de romance**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 227.

^{xiii} JULIA. Francisca. **Livro da infância**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899.

^{xiv} CAMARGOS, Márcia. **Musa impassível**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. p. 85.

^{xv} RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994. p. 30.

-
- ^{xvi} SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977 (2 edição). p. 334.
- ^{xvii} BROCA, Brito, op. cit., p. 223
- ^{xviii} MARTINS. Ana Luíza. **Revista em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: Edusp/imprensa Oficial, 2001. p.462.
- ^{xix} TELLES, Norma. op. cit. p. 427.
- ^{xx} MARTINS. Ana Luíza. op. cit. p. 46.
- ^{xxi} BESSA. Susan K.. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: Edusp, 1999. p.27.
- ^{xxii} MALUF. Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino, In: SEVCENKO, N. (org. do volume). **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 Vol. 3. p. 639.
- ^{xxiii} MARTINS, Ana Luíza. op. cit. p. 384.
- ^{xxiv} MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. op. cit. p. 372.
- ^{xxv} BESSA. Susan K. op. cit. p. 27.
- ^{xxvi} MALUF. Marina; MOTT, Maria Lúcia. op. cit. pp. 630-640.